



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA
4ª Promotoria de Justiça da Comarca de Navegantes

Inquérito Civil nº 06.2013.00011081-2

**TERMO DE COMPROMISSO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA –
TAC N. 0001/2019/04PJ/NAV**

O **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA**, por intermédio do Promotor de Justiça com atribuição na Defesa do Meio Ambiente e da Moralidade Administrativa, doravante denominado **COMPROMITENTE**, e a senhora **SANDRA HELENA GAYA BALDANÇA**, brasileira, casada, nascida em 26/3/1964, natural de Itajaí/SC, filha de Arnaldo Gaya e Maria Conceição da Silva Gaya, portadora do CPF n. 488.644.989-15 e RG n. 1.405.636 SSP/SC, doravante denominada **COMPROMISSÁRIA**, ajustam o seguinte:

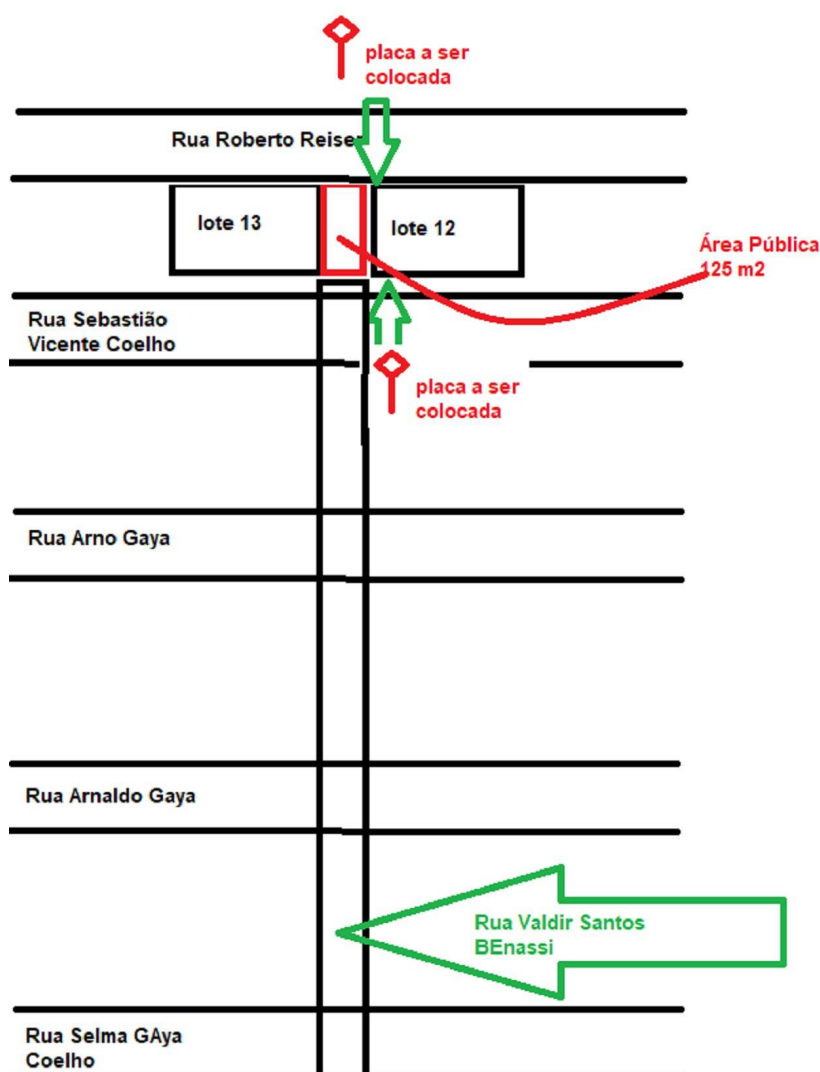
CONSIDERANDO que, por meio do trâmite investigatório do Inquérito Civil de n. 06.2013.00011081-2, tomou-se conhecimento de que a **COMPROMISSÁRIA** é proprietária de um lote do desmembramento "Jardim Maria", localizado ao norte da Rua Sebastião Vicente Coelho e ao sul da Rua Roberto Reiser, da zona urbana do centro do Município de Navegantes, denominado como "Lote n. 12 da Quadra E", contendo uma área total de 325m² (13m largura x 25m profundidade), registrado sob a inscrição imobiliária de n. 01.01.221 e matrícula n. 5.850 do 2º Ofício de Registro de Imóveis de Itajaí/SC;

CONSIDERANDO que entre o lote da **COMPROMISSÁRIA** ("Lote n. 12 da Quadra E") e o lote vizinho à direita, para quem olha de frente estando na Rua Roberto Reiser ("Lote n. 13 da Quadra E"), restou uma sobra do terreno originário com 125m² (5m largura x 25m profundidade);

CONSIDERANDO que a Lei Municipal n. 2.583, publicada no dia 13 de

março de 2012¹, nomeou a Rua, com largura de 125 m², localizada entre a Rua Roberto Reiser e a Rua Selma Gaya Coelho, de Rua Valmir dos Santos Benassi.

CONSIDERANDO que a **COMPROMISSÁRIA** tomou posse da área pública de 125m² (5m largura x 25m profundidade), localizada entre as Ruas Roberto Reiser e Sebastião Vicente Coelho, cercando a área como se de sua propriedade fosse (representada em vermelho no desenho que segue):



¹ Lei nº 2.583, de 13 de março de 2012.

Art. 1º. A rua sem denominação oficial localizada na transversal da Rua Selma Gaya Coelho até a Rua Roberto Reiser, no Centro de Navegantes, passa a denominar-se oficialmente Rua Valmir dos Santos Benassi.



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA
4ª Promotoria de Justiça da Comarca de Navegantes

CONSIDERANDO que não foi apurada má-fé por parte da **COMPROMISSÁRIA** na posse do imóvel público.

CONSIDERANDO a legitimidade do Ministério Público para a defesa dos interesses difusos e individuais homogêneos prevista nos arts. 129, inciso III, da Constituição Federal, art. 26, inciso I, da Lei nº 8.625/93 e arts. 5º, 6º e 7º, da Lei nº 7.347/85;

CONSIDERANDO demonstrar a referida **COMPROMISSÁRIA** disposição em regularizar o domínio da propriedade pública em questão;

RESOLVEM:

Celebrar o presente **TERMO DE COMPROMISSO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA – TAC**, com fulcro no § 6º do art. 5º da Lei n. 7.347/85, mediante as seguintes cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA: OBRIGAÇÕES DA COMPROMISSÁRIA

1.1. A COMPROMISSÁRIA assume a obrigação de fazer consistente em, **no prazo de 30 (trinta) dias**, a contar da assinatura do presente, retirar o isolamento (cerca) da parcela de terra pública de área total de 125m² (5m largura x 25m profundidade), denominada pela Lei nº 2.583 como Rua Valmir dos Santos Benassi, localizada ao lado de sua propriedade, cercando apenas o terreno de sua propriedade (Lote n. 12 Quadra E, com 325 m2), de modo a distinguir a área pública da particular;

1.2. A COMPROMISSÁRIA assume a obrigação de fazer consistente em, **no prazo de 30 (trinta) dias**, a contar da assinatura do presente, inserir duas placas nos padrões municipais, uma para quem observa da Rua Roberto Reiser e outra para que olha da Rua Sebastião Vicente Coelho (na posições indicadas em verde a planta constante no presente), que indiquem que ali passa a Rua Valmir Santos Benassi.



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA
4ª Promotoria de Justiça da Comarca de Navegantes

1.2. A COMPROMISSÁRIA assume a obrigação de não fazer consistente em não cercar mais a área pública total de 125m² (5m largura x 25m profundidade).

CLÁUSULA SEGUNDA: COMPROVAÇÃO DO ADIMPLEMENTO

2.1. A COMPROMISSÁRIA compromete-se a apresentar, **no prazo de 30 (trinta) dias**, por meio de fotografias ou outros documentos comprobatórios, o cumprimento dos itens 1.1 e 1.2;

CLÁUSULA TERCEIRA: MULTA POR INADIMPLEMENTO

3.1. Qualquer violação ao presente ajustamento sujeitará a **COMPROMISSÁRIA** ao pagamento de multa pecuniária no valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), que vencerá no exato momento em que houver eventual descumprimento, a ser destinada ao Fundo de Reconstituição dos Bens Lesados do Estado de Santa Catarina.

CLÁUSULA QUARTA: COMPROMISSO DO MINISTÉRIO PÚBLICO

4.1. O MINISTÉRIO PÚBLICO compromete-se a não adotar qualquer medida judicial coletiva ou individual, de cunho civil, contra a **COMPROMISSÁRIA**, caso venha a ser integralmente cumprido o disposto neste TAC;

Assim, justos e acertados, para que surta seus jurídicos e legais efeitos, firmam as partes o presente termo de compromisso em 02 (duas) vias de igual teor e forma, com eficácia de título executivo extrajudicial, cujas cláusulas têm aplicação imediata, a despeito da remessa posterior ao Conselho Superior do Ministério Público.

Navegantes, 19 de fevereiro de 2019.

Marcio Gai Veiga
Promotor de Justiça

Sandra Helena Gaya Balança
Compromissária



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA
4ª Promotoria de Justiça da Comarca de Navegantes